

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 150

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE OUTUBRO DE 1999**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Caíto Quintana, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Baratter e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Chico Noroeste, Luiz Fernandes da Silva Litro, Péricles Mello e Ricardo Maia (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2229

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, que seja colocado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 530/99, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá como Estância Turística - Santuário de Nossa Senhora do Rocio.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2232

Senhor Presidente.

Vimos por intermédio do presente, COMUNICAR, que no último dia 19 de outubro do corrente, recebemos a incumbência de todos os Parlamentares que compõem o Bloco das Oposições nesta Casa de Leis, para desenvolvermos as prerrogativas cabíveis de Líder das Oposições, junto a este Poder.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de pesar à família de Armindo Bellé, residente no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento, no último fim de semana, de Maria de Lourdes Machado Sotto Maior, genitora dos funcionários deste Poder Legislativo, Richard Ruppel Sotto Maior e George Alexandre Sotto Maior.

Requer, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Programa Radiofônico Rivivere l' Italia, alusivos aos 12 anos de apresentação, completados na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao produtor e apresentador do programa Senhor Pedrinho Culpí, através de correspondência a ser encaminhada a

Rua José Conrado de Souza, nº 55, CEP 82300-610, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Programa Rivivere l'Italia vem mantendo vivas as tradições, a história e a música, fazendo com que a cultura italiana seja cultivada por todos aqueles que aqui aportaram, inclusive mantendo com seus descendentes relações constantes com a sua pátria de origem.

REQUERIMENTO Nº 2221

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Laz Audiovisual Ltda., alusivos ao lançamento de sua mais recente produção, o filme “Oriundi”, ocorrido no último dia 22 de outubro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Laz Audiovisual, Senhor Rubens Gennaro, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Comendador Araújo, nº 510, conj. 304, CEP 80420-000, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao escritor Valton Sérgio von Tempski-Silva, alusivos ao lançamento da obra “História da Franco Maçonaria”, que ocorrerá no próximo dia 26 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Munhoz da Rocha, nº 143, CEP 80035-000, Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Centro Acadêmico Hugo Simas, alusivos a posse da nova diretoria para o período 1999/2000, a realizar-se no próximo dia 27 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, Senhor Antônio Caetano de Paula Júnior, através de corre-

spondência a ser encaminhada à Praça Santos Andrade, nº 50 - CEP 80020-200, Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de congratulações pela celebração de Bodas de Ouro do casal Leonora e Hypólito Pan, comemorado no último dia 22, na Igreja Matriz de São Francisco de Assis, no Município de Chopinzinho.

Requer ainda, seja encaminhado o expediente ao casal Leonora e Hypólito Pan, no endereço Av. XV de Novembro, 270 - Centro, Chopinzinho / PR.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2230

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Juíza Rosana Fachin (Pça. N. S. Salete, s/nº - Palácio da Justiça - Curitiba), pela nomeação para o Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Advogada Rosana Amara Girardi Fachin foi nomeada semana passada pelo Governador Jaime Lerner para ocupar a vaga de juiz no 5º Constitucional do Tribunal de Alçada. Rosana Fachin atuou como Advogada em Curitiba durante 17 anos nas áreas Cível e de Família.

Ela vai ocupar a vaga deixada pelo Desembargador Antonio Alves do Prado Filho. Rosana Fachin foi escolhida a partir de uma lista tríplice apresentada pelo Tribunal de Justiça, com base em seis nomes encaminhados pela Ordem dos Advogados do Paraná.

Com 42 anos de idade, a nova juíza é natural de Guaramirim-SC, tendo já residido em Toledo, no Paraná (1970-1975). A partir de 1975 fixou residência nesta Capital. Formou-se pela nossa Universidade Federal do Paraná, em 1981 e fez especialização em Direito Processual na PUC/PR/IBRJ em 1994, além de aperfeiçoamento em Filosofia do Direito e Pensamento Crítico em 1996. Atualmente está cursando mestrado na área de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná.

Rosana Fachin obteve o primeiro lugar no concurso de monografias sobre temas jurídicos promovido em 1980 pelo Centro Acadêmico Hugo Simas da UFPR com o trabalho “Dos Conflitos de Vizinhaça”.

O Tribunal de Alçada conta atualmente com 50 Juízes, dos quais 10 formam o 5º Constitucional. Os advogados que se candidatam à vaga no 5º Constitucional

precisam contar com mais de dez anos de carreira para serem indicados à lista sêxtupla encaminhada ao Tribunal de Alçada pela OAB.

À Juíza Rosana Fachin, pela nomeação, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Colégio Rocha Pombo, pela passagem dos 50 anos de existência, extensivos à atual diretora Josiane Nascimento Pazinato, às ex-diretoras, professoras, ex-alunos, alunos e funcionários do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Rocha Pombo do Município de Morretes, entidade educacional fundada em outubro de 1949, comemora nesta data seu cinquentenário, dedicados à educação de pessoas que hoje ocupam e já ocuparam cargos importantes no cenário do Estado do Paraná e porque não dizer do Brasil e começaram seus primeiros passos naquele estabelecimento de educação do município.

REQUERIMENTO Nº 2233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Odontologia - CRO/PR, alusivos ao Dia do Dentista que ocorre na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do CRO/PR, Dr. Márcio Jacomel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Paz, nº 260, CEP: 80.060-160, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos às 22 empresas paranaenses classificadas dentre as 500 maiores empresas brasileiras como principais nomes constantes da lista "Excelência Empresarial", elaborada pela Fundação Getúlio Vargas.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se-ja dada ciência às empresas paranaenses: COPEL, Cimento Rio Branco, Cacique Café Solúvel, SANEPAR, TELEPAR, Electrolux, INEPAR - Indústrias e Con-

struções, Renault, INPACEL, Spaipa S/A, TELEPAR Celular, Milênia Agro-Ciências, Furukawa, Ferrovia Sul-Atlântico, Batavia, Trombini Papel e Embalagens, Pisa-Papel de Imprensa, Sade Vigesa Industrial, Olvepar Paraná, Placas do Paraná, SERCOMTEL e INEPAR - Administração e Participações para que recebam e transmitam a todos os seus Diretores, auxiliares e colaboradores o reconhecimento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, inclusive seja expedido o Diploma Tradicional.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O empresariado brasileiro insere-se entre os primeiros do mundo, gozando de elevado conceito nacional e internacional, neste contexto as empresas paranaenses: COPEL, Cimento Rio Branco, Cacique Café Solúvel, SANEPAR, TELEPAR, Electrolux, INEPAR - Indústrias e Construções, Renault, INPACEL, Spaipa S/A, TELEPAR Celular, Milênia Agro-Ciências, Furukawa, Ferrovia Sul-Atlântico, Batavia, Trombini Papel e Embalagens, Pisa-Papel de Imprensa, Sade Vigesa Industrial, Olvepar Paraná, Placas do Paraná, SERCOMTEL e INEPAR - Administração e Participações destacaram-se entre as 500 maiores brasileiras, figurando na lista "Excelência Empresarial", elaborada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, dando cabal demonstração que o Estado do Paraná vem ampliando o número de participantes no Grupo entre as maiores empresas brasileiras, pois, em 1990 tínhamos 14 na listagem e, hoje aumentamos para o significativo número 22.

Neste conjunto as mencionadas empresa paranaenses desfrutam de privilegiada posição, destacando-se com invulgar evidência na somatória de diversos fatores essenciais que as colocaram na vanguarda no sentido mais amplo do verdadeiro espírito construtivo e de investimento paranaense, todas contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento social, cultural e econômico e ao mesmo tempo irradiando para os demais Estados da Federação a imagem real do nosso Estado, pois a história dos homens do Paraná sempre foi feita com heroísmo, com amor e com tradição.

Certo poeta dizia:

"O homem torna-se útil a medida que demonstra seus conhecimentos".

"Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida".

A maior ou menor intensidade do porque empresarial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem esse perfil. Só os povos que possuem empresas próprias e atuantes, podem se considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos países industrializados.

Eis porque muitos são de louvar aqueles empresários que se propõem a dotar o país de novas indústrias em qualquer ramo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza todos os empresários aqui nominados pela bravura com que vêm enfrentando as dificuldades que, bem sabemos são inúmeras, mas, com muito trabalho e perseverança estão sendo recompensados, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e competência.

“Para quem caminha em direção ao sol, é sempre madrugada”. (Helena Kolody)

REQUERIMENTO Nº 2218

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a implantação da Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Os eficientes trabalhos prestados pela Delegacia da Mulher em diversos municípios paranaenses justificam a implantação em outras cidades de médio e grande porte que porventura ainda não possuem tal serviço. Como é o caso de Francisco Beltrão, que por enquanto está sem uma delegacia especializada no combate a violência contra os direitos da mulher. Segundo dados da Polícia Civil de Francisco Beltrão, somente no período 98/99, foram registrados 210 casos de violência contra a mulher.

A implantação da Delegacia da Mulher faz-se necessária para que as mulheres tenham um local adequado e destinado especialmente para atender casos de violência doméstica, maus-tratos, abuso e assédio sexual, entre outras ocorrências contra a condição feminina.

Isto posto, solicito a aprovação deste requerimento, para que a Secretaria de Segurança Pública estude a viabilidade da implantação da Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Rua Frederico Guilherme Virmond, em um terreno baldio sito ao lado do nº 185 - Bairro Pilarzinho, devido o mesmo estar servindo de esconderijo para desocupados. Os moradores pedem urgência no atendimento do presente, os quais encontram-se muito apreensivos e sem segurança.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2225

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do Sr. João Batista Parreira, residente à Rua Rosa Lazaroto Strapasson nº 283 - Bairro Santa Helena, que pede a passagem da carrocinha nas ruas desse bairro. Muitos são os cães que ficam pelas ruas causando uma série de problemas para os moradores. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 346-3141 (comercial).

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, Jorge de Moraes Jardim Filho, solicitando o motivo pelo qual a TELEPAR vem cobrando ligações, como sendo *interurbanas*, de Ponta Grossa para o Distrito de Itaicoca, por exemplo.

Tal solicitação deve-se ao fato de que antes da privatização uma ligação telefônica feita de Ponta Grossa para o Distrito de Itaicoca não era cobrada como sendo *interurbana*. Solicito então que a referida cobrança seja suspensa por parte da TELEPAR por ser esta inadmissível, afinal trata-se de um distrito e não de um município.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente em caráter de urgência, aos Senadores Álvaro Dias, Osmar Dias e Roberto Requião, a todos os Deputados Federais da Bancada Paranaense, bem como ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional, ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara, ao Senador José Roberto Arruda, Líder do Governo no Senado, ao Deputado Arthur Virgílio Neto, Líder do Governo na Câmara, ao Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB, Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo na Câmara, Deputado Inocêncio de Oliveira, Líder do PFL, Deputado Miro Teixeira, Líder do PDT, Deputado Aécio Neves, Líder do PSDB, Deputado Geddel Vieira, Líder do PMDB, Senador Roberto Freire, Líder do PPS, Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT, Deputado José Genuíno, Líder do PT, Senador Leomar Quintanilha, Líder do PPB, Deputado Odelmo Leão,

Líder do PPB, Senador Arlindo Porto, Líder do PTB, Deputado Roberto Jeferson, Líder do PTB, para que estudem a possibilidade de apresentarem Emendas a mensagem Governamental que estabelece a contribuição previdenciária dos inativos. Não sendo possível a isenção total da contribuição dos aposentados e pensionistas; isentar aqueles com mais de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, bem como que todas as medidas sejam extensivas e desde já adotadas no texto Federal, igualmente para todos os Estados e Municípios, para evitar desigualdades.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Resgatar a dívida social no Brasil com todos seus inativos e pensionistas é uma pequena, mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o direito a gozar a vida, após a existência dedicada ao trabalho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens, lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, etc...

Os funcionários públicos, durante suas carreiras, foram assíduos contribuintes junto a Previdência, nada mais justo que isentar esta parcela de idosos da contribuição previdenciária.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as formações sociais desde a antiguidade mais remota se dividem em três segmentos: a infância/juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a população economicamente ativa que sustenta a produção econômica da comunidade, e os idosos, que já deram sua contribuição, em período anterior e assim, adquiriram o direito da isenção.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso condigno para aqueles que já contribuíram com o todo social manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

Assim sendo, esperamos que o Congresso Nacional, não podendo alcançar a isenção total para todos os aposentados e pensionistas, isentem da contribuição aqueles com mais de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, inclusive, estabelecendo desde já, no texto federal, igualdade total para os Estados e municípios para evitar futuros questionamentos.

REQUERIMENTO Nº 2231

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis

da Carta de Curitiba, elaborada ao final do III FONGEMAS - III Fórum Nacional de Gestores Municipais e Assistência Social, ocorrido em Curitiba-PR nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1999, promovido pela FAS - Fundação de Ação Social, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de documento denominado (Carta de Curitiba), elaborado por conclusão da Reunião do Parlamento do Sul (PARLASUL), realizado nesta Casa de Leis, nos dias 21 e 22 de outubro, com a participação dos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Cesar Seleme, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 2236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de cópia das notas taquigráficas do Senado Federal, de pronunciamento do Senador Álvaro Dias no dia 20 de outubro do corrente, enfocando a atual situação financeira do Estado do Paraná, conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Edgar Bueno, Renato Gaúcho, Ademir Bier e Pastor Edson Praczyk.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 538/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Ágide Meneguette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Sob a presidência do Sr. Ágide Meneguette, desde 1991, a Federação de Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, tem desenvolvido um notável trabalho visando a modernização da agropecuária paranaense.

Além das ações comuns de entidades sindicais, de lutar por melhores preços para os produtos rurais, maior volume de crédito e condições adequadas de produção, a FAEP tem trabalhado para acentuar o papel do sistema sindical e, em consequência, modernizar o setor.

Nestes anos todos, foram realizados centenas de cursos de liderança e administração, para atualizar dirigentes sindicais e as bases técnicas e administrativas dos sindicatos rurais. Este trabalho culminou, em maio de 1999, com a inauguração de 150 Salas do Produtor no interior, para levar aos produtores rurais o máximo possível de informações, especialmente no que diz respeito a tecnologias de produção e sobre comercialização de produtos agropecuários e insumos.

Trata-se de um grande passo para valorizar o resultado do trabalho dos produtores rurais.

Ainda nesta ótica de modernização, o Sr. Ágide Meneguette, como Presidente da Administração Regional do Paraná, do Serviço de Aprendizagem Rural - SENAR Paraná, tem realizado um trabalho de imenso valor econômico e social.

O SENAR Paraná já treinou mais de 250 mil produtores e trabalhadores rurais, desde quando iniciou suas operações, em fins de 1993. Esse treinamento abrange mais de 130 títulos diferentes, desde a correta aplicação de defensivos agrícolas, operações de máquinas e equipamentos agrícolas e pecuários, até o treinamento na área da administração rural, que tem como objetivo colocar os produtores em condições de enfrentar os desafios apresentados pelo mercado globalizado.

Além desses cursos regulares, foram iniciativas do SENAR Paraná a criação de dois importantes programas sociais. O primeiro deles o de alfabetização de adultos no meio rural. O Renascer já alfabetizou mais de 20 mil pessoas, em projetos que contam com a parceria da Secretaria de Educação, Prefeituras Municipais, sindicatos rurais e entidades privadas.

O outro programa denomina-se Agrinho e é destinado a alunos do primeiro grau, de primeira à oitava séries das escolas públicas da área rural. Também em parceria com as Secretarias de Educação, Agricultura e Meio Ambiente e indústrias químicas, o SENAR Paraná leva, a 700 mil estudantes, informações sobre aplicação de defensivos agrícolas, noções de higiene e saúde e de cidadania. Ao todo, são 1.300.000 intervenções, já que vários alunos participam de mais de um dos cursos oferecidos.

Preocupado com as difíceis condições de produção, pela perda de renda dos produtores rurais, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, sob a presidência do Sr. Ágide Meneguette tem procurado desenvolver programas de reconversão do setor.

Foi por sua inspiração que hoje o Paraná caminha para tornar-se área livre de aftosa, o que tem grande significado econômico para a nossa pecuária, que poderá tornar-se apta a exportar carnes para o mundo, com a valorização de nossos rebanhos.

A liderança do Doutor Ágide Meneguette tem sido fundamental na defesa dos interesses dos nossos produtores rurais, tanto no ponto de vista econômico, como social e político.

Para tanto, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de concessão de título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Ágide Meneguette.

PROJETO DE LEI Nº 539/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do Município de Chopinzinho o lote de terreno registrado sob nºs R.1-6319, na matrícula nº 6319 e R.2-4932, e na matrícula nº 4932 de 11/04/80, no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Chopinzinho - PR, denominados Parque dos Lotes nºs 6364-A, da Gleba 02, da Colônia Passo do Sol, situada na Cidade de Chopinzinho, contendo área total de 5.000 (cinco mil) metros quadrados, com as seguintes confrontações: ao Norte - limita-se por linha seca, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, com a medida de 70,71m; ao Leste - limita-se por linha seca, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, com a medida de 70,71m; ao Sul - limita-se por linha seca, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho com a medida de 70,71m; ao Oeste - limita-se por linha seca, confrontando com terras da Prefeitura Municipal de Chopinzinho com a medida de 70,71m.

Art. 2º - A área que se refere o artigo 1º, será utilizada pela Prefeitura Municipal de Chopinzinho, para a ampliação da área do Parque de Exposição Municipal.

Parágrafo Único - A referida Prefeitura Municipal não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, agravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.10.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Este terreno era inicialmente patrimônio da Prefeitura Municipal de Chopinzinho. O mesmo foi doado ao DER, para a construção do Núcleo do DER.

Com o crescimento da cidade, o terreno ficou dentro da área urbana, comprometendo a expansão do Parque de Exposições Municipal.

Após a doação do referido imóvel, a Prefeitura Municipal dará início as obras de implantação do Parque de Exposições.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, à Deputada Luciana G. Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Uso da tribuna no dia de hoje, para tecer um rápido comentário sobre a mulher. É claro que se ficássemos falando sobre a mulher, com certeza íamos discorrer no tempo e não íamos esgotar todos os assuntos.

Pois falar da mulher é falar daquela pessoa muito importante para a nossa vida, é falar da mãe, da esposa, da filha, da irmã, da companheira, da amiga, dessa pessoa muito especial, que faz parte do nosso dia-a-dia.

Falar da mulher também não dá para deixar de lembrar um pouco a história que marca a presença, o papel da mulher na sociedade.

Falar da história, lembro, aqui, do que aconteceu em 08 de março de 1857, em Nova York, quando numa fábrica têxtil as mulheres, então se organizavam e lutavam por condições dignas de trabalho. Por essa causa, elas foram brutalmente assassinadas e isso marcou o Dia Internacional da Mulher.

Passado mais de um século a discriminação e a violência contra a mulher continua sendo uma marca registrada na sociedade. Além da agressão física, existe a violência da discriminação. A mulher por muitos anos, foi rotulada como submissa, desqualificada, ou simplesmente vista como um objeto sexual. Isso teve e tem reflexo no mercado de trabalho, aonde a mão-de-obra feminina atinge cerca de 40%, da população economicamente ativa no Brasil. Mas, a média salarial é de 46% abaixo do valor pago ao homem, mesmo quando o grau de escolaridade feminino é superior ao grau de escolaridade masculino.

Gostaria de dizer que durante toda essa trajetória da luta da mulher e de seu papel na sociedade, as mulheres também tiveram conquistas. Conquistas como o salário maternidade, como a aposentadoria, o direito a creche e, principalmente, agora, também a participação na política.

Com certeza em outro momento vamos falar mais sobre o papel da mulher na sociedade.

Mas, nesse momento, gostaria de pedir o voto favorável dos Senhores Deputados no requerimento que protocolamos à Mesa, no qual ele pede a implantação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Francisco Beltrão, aonde somente no ano de 99, os dados registrados naquela Delegacia, foram de 210 casos de violência contra a mulher. E temos conhecimento que muitos Deputados já se manifestaram, inclusive, aqui, o Deputado Caíto Quintana, com um projeto solicitando a implantação da Delegacia da Mulher no município, e hoje a gente, então, reforça isso com um requerimento, e pedimos que o mesmo seja aprovado, e que sejam tomadas providências, até mesmo com urgência, porque sentimos que a violência e os vários tipos de violência continuam acontecendo não só no município mas como também nos municípios vizinhos, e a Delegacia da Mulher viria a atender todas as mulheres. É necessário que se dê a atenção devida, pois ainda a violência contra as mulheres assusta, e muito, não só nossa região, não só o Paraná mas assusta em todo o Brasil.

Por isso, vamos tentar fazer aquilo que é possível por nós. Por isso que aqui protocolamos esse requerimento e agora pedimos, então, o voto favorável na aprovação desse requerimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Com a palavra o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antonina está completando mais um ano de vida e gostaríamos de usar a tribuna nesta data para prestar as devidas homenagens ao nosso município do litoral paranaense, aqui na baía com o mesmo nome, ela merece, nesta data, esta homenagem em virtude de ser um dos portos e uma das cidades mais antigas do Estado do Paraná. Ela já vem do século XVIII, quando o Capitão Manoel do Vale Porto recebeu como sargento-mor, do capitão-mor de Paranaguá, uma sesmaria. E Vale Porto iniciou um trabalho de mineração, agricultura num sítio denominado Graciosa, cujo desenvolvimento atraiu muitos colonos e os habitantes decidiram construir na ocasião, uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Pilar, a quem os fiéis da época prestavam fervorosos cultos e desde então aquele pequeno lugarejo ficou conhecido como capela, e seus moradores, capelistas. Isto aconteceu no mês de setembro de 1714. Em 1797, no dia 6 de novembro, essa freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa foi elevada então à categoria de Vila, com a denominação de Antonina em homenagem ao príncipe de beira, em Portugal, que era Dom Antônio e daí veio Antonina.

A história de Antonina pode ser lida na sua paisagem arquitetônica, de característica luso-brasileira dos primeiros anos daquele século, edificada em pedra, e ainda sobrevive desde aquela época com as mesmas características, muitos dos edifícios tombados pelo patrimônio histórico.

Queria, nesta ocasião, prestar a nossa homenagem, também, ao homenagear Antonina, que hoje conta com 16 escolas municipais de ensino fundamental e algumas escolas estaduais de 5ª, 8ª séries, num total de 6 escolas. Como de 2º grau, a Escola Moisés Lupion. Queremos trazer a nossa homenagem à Prefeitura atual, Munira Peluso, e, homenageando-a, homenageio todo o povo de Antonina, recordando que Antonina passou por maus momentos em épocas anteriores e hoje, reconhecendo que o município está crescendo, fica aqui a nossa homenagem. Hoje com uma população de 20 mil habitantes, merece ela toda a nossa atenção, agora que com o crescimento do Paraná, o Estado precisa de um porto mais modernizado e esperamos que as nossas autoridades estaduais olhem para Antonina com todo o carinho e cumpram as promessas de transformar Antonina no novo Porto, onde realmente possa escoar toda a produção, não somente agrícola mas também industrial como é o novo perfil do Estado do Paraná.

Nossas homenagens à Prefeitura e à Cidade de Antonina. Era o que nós tínhamos a dizer neste momento, Sr. Presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero fazer um comunicado a este Parlamento que neste sábado e no dia de ontem, neste domingo que passou, o Partido dos Trabalhadores realizou sua convenção aqui nos recintos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná convenção estadual, reunindo 407 delegados, oriundos de um processo de tiragem de delgados os municípios, que envolveu 11 mil filiados em todo o Estado do Paraná.

Encontra-se nesse recinto o nosso candidato a Presidente, o Deputado Nedson Micheletti, ex-Deputado Federal, que sagrou-se ontem, depois de uma longa jornada de discussões políticas no interior do PT, presidente para os próximos 2 anos.

Era esse o comunicado que gostaria de fazer à Mesa e o anúncio da renovação do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa associa-se ao comunicado do Deputado Ângelo Vanhoni, parabenizando o ex-Deputado Nedson Micheletti pela sua ascensão à Presidência do PT no Estado do Paraná, que se faz aqui acompanhado do Vereador Jorge Samek.

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados.

O Paraná como o Brasil viveu uma fase na qual o capital estrangeiro deveria vir e serem abertas as fronteiras, não só no investimento mas como nas privatizações.

Assim que é em solo pátrio e solo paranístico, privatizações foram efetivadas. Aqui no Paraná mais de perto, uma empresa que era orgulho do Paraná, e que tinha a condição de oferecer um dos mais qualificados serviços de comunicação ou de telecomunicação, era feito através da TELEPAR.

Todas as cidades do nosso Estado, inclusive a nossa Ponta Grossa tinha por diversas e inúmeras vezes a atenção para com a cidade e os distritos da minha cidade.

Pasmem agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, além da cobrança que até o presente instante questionamentos a nível federal e a nível de Paraná, estão sendo feitos às prestadoras de serviços da telecomunicação dessa privatização feita em Ponta Grossa, para o cidadão que mora no centro da cidade, fazer a ligação a um distrito, como no nosso caso, Itaiacoca, que se situa a 20, 30 ou 40 km da cidade é cobrada a taxa como sendo interurbano, com a necessidade de ser discado como se fosse feita uma ligação intermunicipal. Acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente para termos elementos em mãos, oficialmente estamos hoje entrando na Casa com um requerimento àquela diretoria da TELEPAR, para que nos informe se realmente isso está ocorrendo, se é verdade o que trouxeram ao nosso conhecimento, já com contas telefônicas, que queremos cruzar estas contas com a informação da empresa, aí sim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos fazer com que aquilo que até agora não está sendo respeitado neste Estado, que é a lei, ela terá que ser cumprida. É inadmissível que alguma comarca deste Estado, ou qualquer cidade neste Paraná, a sua sede com o seu distrito, seja cobrado interurbano. É o fim da picada, Senhores Deputados.

Tenho certeza, absoluta, que depois de termos em mãos elementos que realmente nos forneçam dados de que isso seja verdade, voltaremos ao assunto. E aí sim, Srs. Deputados, haveremos de fazer com que esta Casa, com que este Poder e com que a justiça seja agilizada para termos aquilo que nós acreditamos ser, de verdade, de encontro com a razão do povo do Paraná.

Usando, um pouquinho, do nosso horário do PDT, concedo o aparte ao ilustre Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Luiz Carlos Zuk, tenho observado a colocação feita por Vossa Excelência e quero dizer que também lá no norte do Estado vivemos esta preocupação de falar da nossa cidade, em especial das cidades que fazem parte da região Metropolitana. E queria fazer coro com a sua porque também vivemos este problema. Lá, em particular, temos um problema diferenciado, porque a companhia de telecomunicação da cidade é interna, e

logo na primeira cidade ao redor de Londrina já é feito pela TELEPAR.

Mas, há uma preocupação e eu vou voltar neste tema para trazer a nossa preocupação, exatamente, como Vossa Excelência está colocando aí na sua região.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradecemos o aparte do Deputado Moysés Leônidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltaremos a este assunto que é realmente de interesse de todo o Paraná, e principalmente de nós que representamos esta Comunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta semana que passou procuramos atender a nossa agenda que teve um direcionamento para a região do Litoral do Paraná. Já, há duas semanas atrás, estivemos lá com o Secretário Hitoshi Nakamura, plantando a compra do lixo que não é lixo; estivemos com a Secretária da Educação abrindo a licitação para a recuperação do Instituto de Educação de Paranaguá; estivemos com o Secretário Augusto Canto Neto, também acompanhando a recuperação de obras da cadeia pública de Paranaguá e também do próprio instituto.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, atendendo o apelo do Bispo de Paranaguá, Dom Alfredo Navak, e das lideranças comunitárias da Ilha do Mel, haja vista que nos últimos dois finais de semana fatos lamentáveis aconteceram na nossa Ilha do Mel, naquele espaço reservado ao Meio Ambiente, à preservação ambiental, de lazer também, mas acima de tudo de responsabilidade no cuidado com que se refere à Ilha do Mel. Lamentavelmente, grupos de turistas, jovens estão vindo de outros estados e provocando uma série de consequências lamentáveis na ilha. Numa reunião realizada na Prefeitura Mário Roque, ouvimos as lideranças, tomamos algumas providências, estamos encaminhando pedidos oficializando ao IAP, Instituto Ambiental do Paraná, que é quem tem o domínio da área da Ilha do Mel, muito embora exista um movimento para transformar a ilha num território estadual. Hoje ela está aos cuidados do Estado do Paraná e com o apoio da Prefeitura do Município de Paranaguá, mas, já há um movimento para transformá-lo num território estadual e esse trabalho que estamos fazendo juntamente com o Deputado Federal Luciano Pizzato.

E estas reivindicações todas nós trouxemos e vamos encaminhar às autoridades responsáveis em relação à questão da Ilha do Mel. Isto foi 6ª-feira pela manhã.

Na 6ª-feira à tarde, participamos do II Work Shopping “Novos rumos para o Litoral”, na Cidade de Morretes que tem o domínio eleitoral do Prefeito Nelson Justus.

Lá estivemos também representando o nosso Presidente, juntamente com o Deputado Luciano Pizzato, Prefeitos e Secretários de Turismo dos sete municípios da região do Litoral, tratando de assuntos também de interesse dos municípios do litoral como a implantação de um trabalho mais efetivo na divulgação do nosso litoral que lamentavelmente, como diz o jornalista Jamur Júnior, o nosso litoral não consegue subir a serra.

Então, é necessário que se faça este tipo de evento para darmos uma força maior ao litoral, uma faixa tão pequena mas que, lamentavelmente, todos os Governos não deram a devida atenção, embora agora, no Governo de Jaime Lerner, na 2ª administração, estamos dando o devido cuidado, a devida atenção.

E se mais não é feito ao litoral do Paraná é porque muitas ações dependem de grandes verbas como é a recuperação da Praia de Flamingo em Matinhos, como são duplicações de estradas como a que liga Garuva a Guaratuba, a que liga a 277 à Praia de Leste, a que liga a Praia de Leste a Pontal do Sul.

De qualquer maneira, projetos foram realizados e havemos de fazer com que estas obras realmente aconteçam.

(Utiliza o Horário da Liderança do PTB)

Também neste encontro em Morretes, tratamos do calendário escolar adaptando-se à temporada em nosso litoral. Trouxemos um estudo realizado pelas sete Associações Comerciais do nosso litoral, que prepararam um cronograma que vamos debater na próxima quarta-feira às dez horas da manhã, na Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, onde faremos a entrega oficial à Secretária da Educação Alcione Saliba para que ela, que já tem um estudo em cima desta questão do nosso calendário escolar, não para este final de ano, mas para o outro final de ano, possamos adaptar alterações a exemplo do que ocorre no Congresso Nacional, onde o Deputado Federal Rubens Bueno já está tratando deste assunto, já está tramitando projeto neste sentido e, talvez fazer com que tenhamos férias escolares divididas em quatro etapas, possibilitando melhor aproveitamento aluno/escola/professor/comércio, não só do litoral, mas de todo o Estado do Paraná.

Outro assunto que me traz à tribuna é para dizer que teremos, nos próximos dias, a inauguração das melhorias feitas no santuário de Nossa Senhora do Rocio, padroeira do Estado do Paraná. E, demos entrada na quinta-feira, nesta Casa, de um projeto de lei que institui o Município de Paranaguá como Pólo Turístico Religioso do Santuário de Nossa Senhora do Rocio, para mostrar que a Padroeira do Paraná está situada lá em Paranaguá, possa merecer de todos nós paranaenses, a admiração, o respeito, o carinho e a nossa religiosidade, porque a nossa padroeira é uma santa milagrosa que tem percorrido o

interior todo do Paraná, mas poucos do interior sabem que o seu Santuário é lá em Paranaguá e temos apenas dois Santuários estaduais: o Santuário do Senhor do Bonfim na Bahia, e agora o de Paranaguá - porque o Santuário de Nossa Senhora Aparecida é nacional e nem é feito por projeto de lei. É apenas instituído Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida e não é em forma de lei. Queremos estabelecer com isso, o incremento do turismo religioso na Cidade de Paranaguá.

Hoje pela manhã, regressamos a Paranaguá, juntamente com o Secretário Armando Raggio, onde fomos fazer a entrega, no Dia do Dentista, de sete equipamentos odontológicos aos sete municípios do litoral do Paraná. Lá estavam presentes os Senhores Prefeitos na sua maioria - se não todos - representados pelos seus Secretários de Saúde, Armando Raggio e da nossa também, representando o Presidente da Assembléia, Deputado Nelson Justus e os demais Deputados que representam o litoral do Estado do Paraná. São equipamentos da ordem aproximada de dez mil reais cada um, totalizando em setenta mil reais de equipamentos entregues hoje aos municípios do litoral do Paraná.

Venho também, neste momento, cumprimentar os senhores pescadores de Pontal do Paraná e daqui a pouco o Deputado Orlando Pessuti vai dizer da reivindicação dos companheiros pescadores, sofrendores pescadores, porque na verdade, enfrentam uma concorrência desleal de pescadores profissionais de Santa Catarina, que invadem o nosso território e, lamentavelmente, não se vê uma fiscalização em cima da questão das três milhas. Eles chegam a invadir milhas a dentro do nosso litoral, levam toneladas e toneladas de peixes e os nossos pescadores artesanais, aqueles que não têm uma estrutura para poder competir, acabam sofrendo as consequências dessa situação. Mas, posso adiantar aos senhores pescadores que há uma lei federal, uma lei do IBAMA que tem que ser revista, e, quem sabe, possamos iniciar aqui, em nome desse pescador sofrido do nosso litoral, uma ação que possa fazer com que eles tenham os seus direitos assegurados e, acima de tudo, a fiscalização em cima daqueles que depredam o nosso litoral, que invadem as nossas milhas, que levam o nosso pescado, que fazem lá em Itajaí, em Santa Catarina, o comércio e o pescador para-naense fica "a ver navios", porque ver a pesca em quantidade, fica muito difícil.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como já previamente anunciou o Deputado Algaci Tulio, o primeiro assunto que queremos abordar nesta tribuna, na tarde de hoje, diz respeito à

reivindicação que nos traz a Associação Comunitária de Pescadores Profissionais e Amadores de Pontal do Paraná.

Passo a ler o documento, registrando inicialmente, a presença do Rubens Marcelino da Veiga, Presidente dessa Associação, do Jair C. da Silva, Secretário e, de pelo menos, mais uma dezena de pescadores do litoral do Estado do Paraná, do Município de Pontal do Paraná.

Diz a correspondência que está sendo endereçada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

(Lê): "A ASSCOMPES vem por meio desta, respeitosamente a presença de V. S. denunciar o descaso e a falta de respeito, pelo Meio Ambiente por parte das grandes embarcações, no que tange a preservação e o cumprimento de diversas Portarias e Leis Ambientais. Só para ilustrar, vamos relatar o acontecido no último dia 06 de setembro, quando o barco de nome 'Ferreira' de Itajaí-SC, a menos de 02 (duas) milhas da costa em frente ao Balneário Shangri-lá, Município de Pontal do Paraná, capturou mais de 200 (duzentas) toneladas de peixe. Daí com a ajuda de mais 02 barcos, e 3 dias de serviço, tentaram transportar o produto (peixe) capturado. Como isto não foi possível, simplesmente lançaram ao mar mais de 30 (trinta) toneladas de peixe, em adiantado estado de putrefação, causando desta forma sérios prejuízos ao meio ambiente, em nossa costa e em nossas praias, visto que, as carcaças acabaram acostando em nosso orla.

O fato de grandes cardumes virem desovar em nosso litoral, chamou a atenção das grandes firmas pesqueiras dos Estados de Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, etc. então, para nós pescadores artesanais, só nos resta ficar na praia e contar os 40, 50 ou mais barcos de grande porte, destruir em poucos dias o que a natureza leva anos para criar. Legal ou ilegal? Certo ou errado? Não queremos entrar no mérito da questão. Só pedimos a criação de uma lei (se não houver), que preserve a faixa compreendida entre o canal da Galheta (Ilha do Mel) e a Lajinha (Praia do Leste), proibindo nesta área o Caracol, o Cerco e o Arrasto, permitindo somente a pesca de caceio para todos os tipos de embarcações, e o cumprimento da Portaria 62/1984. Pedimos também se possível um convênio entre o IBAMA esta Associação e a Prefeitura, para a fiscalização e cumprimento das leis em vigor.

Nós, pescadores artesanais de Pontal do Paraná, entendemos que, somente desta forma a natureza estará protegida, e nossa subsistência garantida, visto que, hoje estamos juntamente com nossos familiares em sérias dificuldades, pois a falta de recursos financeiros nos obriga a sobreviver desta forma arcaica e obsoleta de pesca, mas que tem suas compensações pois não fere e nem prejudica o meio ambiente, não interferindo de nenhuma forma na procriação das espécies.

Sem mais para o momento e na certeza de sua especial atenção, desde já esta comunidade agradece.

Pontal do Paraná, 25 de outubro de 1999.
(aa) RUBENS MARCELINO DA VEIGA
Presidente
JAIR CRISANTO DA SILVA
Secretário”

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Entendo que nós, Deputados Estaduais do Paraná, temos que fazer alguma coisa em favor do nosso litoral paranaense, e fazer alguma coisa neste momento em favor do litoral, significa fazer de imediato alguma coisa em favor dos pescadores artesanais desta região do Balneário do Pontal do Paraná e das praias ali existentes todas. É necessário que nós, de uma vez por todas, possamos, através de um trabalho conjunto dos Deputados que naquela região têm no dia-a-dia desenvolvido alguma ação política e buscando resultados, como é o caso do Deputado Algaci Tulio, Deputado Seleme, Nelson Justus, Alborghetti - muitas vezes o tenho encontrado desenvolvendo ações naquela região - o Deputado José Albanor Gomes, o Deputado Ângelo Vanhoni, que também tem um trabalho muito forte no litoral do Estado do Paraná, é necessário que todos nós, o Deputado Geraldo Cartário, que também atende o Município lá de Matinhos, possamos nos unir neste momento, na defesa dos interesses do litoral do Paraná e dos pescadores do nosso litoral.

É lamentável o que está acontecendo, talvez porque, não só esse Governo, mas também os Governos anteriores não tenham olhado com devido interesse e com a necessidade que tinha de se olhar a questão da pesca no interior do Paraná; enquanto em São Paulo, em Santa Catarina, talvez até pelo fato de terem um litoral um pouco maior, ou muitas vezes maior do que o nosso, naqueles Estados de São Paulo, Santa Catarina, no Rio de Janeiro, Espírito Santo, em outros Estados do Noroeste brasileiro os recursos que se emprestam aos pescadores é realmente infindavelmente maior do que aquele que se destina aos pescadores do Paraná.

Sabemos, e me recordo que no meu primeiro mandato de 83 a 87 muitas reuniões tivemos com os pescadores do litoral, reuniões essas patrocinadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, a SUDEPE, que hoje de certa forma, poderemos dizer, nem mais existe e nenhuma atenção presta aos pescadores.

Hoje os pescadores artesanais, a defesa do nosso litoral, a proteção da nossa pesca no litoral, pesca que deveria ser desenvolvida apenas pelos barcos paranaenses, tem como proteção apenas a ação fiscalizatória do IBAMA, que é uma ação muito restrita, muito limitada, insuficiente, e eu diria até ausente nos momentos mais necessários.

Não poderemos continuar assistindo isso calados Senhor Presidente, e o Deputado Algaci já se colocou à disposição, o Deputado Seleme com quem conversávamos também se colocou, tenho certeza que o presidente Nelson Justus haverá de tomar frente também desta questão para que possamos, junto com a Liderança do

Governo, com os Deputados que congregam a oposição, desenvolvermos alguma ação concreta e efetiva em apoio à pesca, ao desenvolvimento da pesca, ao apoio e ao desenvolvimento do segmento dos pescadores artesanais do nosso litoral. que continuam a trabalhar da forma mais arcaica como eles próprios afirmam, que continuam a trabalhar dentro de uma idéia da pura e mera sobrevivência, e que poderiam eles também serem grandes empresários, ou médicos, ou pequenos empresários da pesca devidamente apoiados, estruturados com unidades frigoríficas, situados no litoral, para que a pesca colhido num determinado dia pudesse ali ser armazenada, guardada e comercializada num momento mais oportuno.

Recebam, os integrantes da Associação Comunitária de Pescadores de Pontal do Paraná a nossa solidariedade, em nome, tenho certeza de todos os Parlamentares, e fiquem certos de que haveremos de tomar para que essa situação venha ser minorada e que o problema hoje existente, a invasão por parte dos grandes barcos pesqueiros de Santa Catarina, de São Paulo e Espírito Santo possa ser coibida por uma ação fiscalizadora mais presente, mais efetiva por parte do IBAMA, com quem sei, estarão conversando dentro de alguns minutos, lá na sede do IBAMA com o próprio Luiz Melo, o nosso amigo conhecido de Manaus. Muito obrigado pela visita em nosso nome pessoal e, em nome de todos os Deputados, nosso Presidente Nelson Justus, agradecemos a presença de todos, e fiquem certos de que iremos agir para que alguma coisa de positivo e efetivo aconteça em favor do litoral.

Senhor Presidente, o segundo assunto que nos traz a essa tribuna é um assunto que muito interessa a nós, os paranaenses.

Quero dizer da alegria e da satisfação que tive de na sexta-feira à noite, junto com minha esposa Regina, participar da pré-estréia do filme Oriundi. O filme Oriundi, que vem sendo veiculado em cima de um trabalho desenvolvido pela Laz Audio-Visual Ltda., trouxe até nós, paranaenses que somos, descendentes de italianos que somos, um momento de grande conforto espiritual e de grande alegria e eu diria até de uma emoção muito grande. Tenho certeza que esse também foi o sentimento do Deputado Algaci Tulio, que lá estava junto conosco nessa pré-estréia do filme Oriundi.

Nunca é demais registrar essa alegria que a gente tem de ver um produto paranaense, o filme Oriundi, produzido por gente nossa, paranaense, em cima de uma história desenvolvida no nosso Estado e na nossa querida Curitiba, nos dá realmente uma satisfação muito grande, quando a gente vê, transpondo as fronteiras do nosso Estado, pessoas que são nossas amigas, que se criaram praticamente junto conosco e que tiveram o brilhantismo de suas idéias, colocadas numa película que retrata com muita propriedade a história da nossa gente, da gente italiana e a história da nossa Curitiba e da nossa Região Metropolitana.

Realmente é um momento dos mais agradáveis e que poderá tornar mais agradável, em repetidas outras vezes, se conseguirmos que o filme Oriundi venha ser escolhido, como há pouco tempo atrás o foi o Quatrilho, a Central do Brasil. E o filme Oriundi, que está listado com outros treze filmes, para ser um dos escolhidos, para ir em busca do Oscar de melhor filme estrangeiro.

Temos hoje, só para conhecimento dos Senhores Deputados, quatorze filmes listados para essa seleção que fará a Academia do Cinema e que escolherá cinco filmes estrangeiros, para disputar o Oscar. Temos o filme O Caminho dos Sonhos, de Lucas Amberg; Amor e Cia, Helvécio Ratton; Até que a Vida nos Separe, de José Zaragoza; Um Copo de Cólera, de Aluísio Abranches; Outra Estória, de Pedro Bial; No Coração dos Deuses, de Geraldo Moraes; Orfeu, de Carlos Diegues; Paixão Perdida, de Walter Hugo Khoury; Coração Iluminado, de Hector Babenco; A Hora Mágica, de Guilherme de Almeida Prado; Dois Córregos, de Carlos R.; O Tronco, de João Batista de Andrade; Mauá, de Sérgio Resende; e Oriundi, do nosso companheiro e amigo, Rubens Genaro, que para a alegria pessoal nossa, foi por esta Assembléia transformado em Cidadão Honorário do Paraná há alguns dias atrás, quando um projeto de nossa autoria, por unanimidade dos Senhores Deputados, foi aprovado.

Mais uma vez quero registrar o contentamento pelo que está fazendo o Rubens Genaro, o Bravo, o Arrigo Barnabé e toda a equipe da LAZ - Audio Visual Ltda., no sentido de divulgar as nossas origens, o nosso trabalho, enquanto descendentes italianos, através do filme Oriundi.

Concedo inicialmente o aparte ao Deputado Augustinho Zucchi. Na sequência o Deputado Algaci Tulio.

O Sr. Augustinho Zucchi

Quero me somar às suas palavras com relação aquilo que V.Exa. explana neste momento. O filme resgata um pouco da história da imigração italiana, especialmente no nosso Paraná e que tem frente a ele uma pessoa que tenho um orgulho bastante grande de fazer um aparte a V.Exa. neste momento, porque estudei junto com o produtor deste filme, o Rubens Genaro, com sua esposa Virgínia de Moraes. Acompanhei o esforço sobrenatural que o Genaro fez para que pudéssemos ter esse filme, agora editado, já no Brasil, passando, então, a ser exibido em vários locais, inclusive, no exterior.

Gostaria de me somar às suas palavras elogiosas, porque realmente é fruto de um trabalho intenso. É um filme extraordinário, uma história que realmente pode levar à valorização do cinema nacional. Mas, principalmente, por ser prata da Casa, embora o Genaro tenha nascido no interior de São Paulo, mas há muito tempo, desde a época de estudante, ele que morou conosco na Casa do Estudante Luterano Universitário, aqui em Curitiba, tem ele um apreço especial e um trabalho muito grande junto à população italiana, mesmo porque ele

também tem origem na nossa imigração italiana que veio, há alguns anos atrás para cá, para o nosso Brasil, e que hoje se espalha por todo o País.

Gostaria aqui de parabenizar Vossa Excelência por ter apresentado inclusive a proposta do título de cidadão honorário a um produtor, Rubem Genaro e me congratular com Vossa Excelência, que registra este fato, aqui na Casa.

Gostaria de parabenizar o trabalho do Genaro, da equipe de produção.

Este é um filme importantíssimo, não só para o cinema nacional mas resgata, com certeza absoluta, um pouco da história da imigração italiana no nosso Brasil.

Atores renomados, a nível nacional, a nível internacional também e com certeza absoluta será um referencial do cinema nacional. E, para nossa felicidade, de uma pessoa como Vossa Excelência colocou, de uma pessoa amiga da gente e que trilhou todos os caminhos possíveis de dificuldade, para que pudesse, neste momento, lançar este filme que, sem sombra de dúvida, será um grande filme exibido aqui no Brasil e no exterior.

Oxalá, possamos nos ajudar, Deputado Pessuti, que este seja um dos filmes também escolhidos para a premiação do Oscar, porque representa o trabalho de quem vem debaixo, o trabalho de quem sua a camisa, um trabalho diuturno, constante, determinado do Genaro, que fez por merecer, ao lançar agora, este filme, para todo o Brasil.

Muito obrigado e a nossa congratulação pela sua explanação aqui a respeito do filme. Deixo de público aqui o meu respeito, a minha admiração ao Rubem Genaro, que eu conheço de longa data, tive a oportunidade de conviver, na época estudantil.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Augustinho Zucchi, agradeço esse aparte de Vossa Excelência, porque enriquece o nosso pronunciamento e sei que Vossa Excelência fala com o mesmo sentimento de alegria que nós.

Eu o conheci na Casa do Estudante Luterano Universitário, quando o Rubem Genaro lá estava, como estudante, morando também na casa. E como também eu fui um morador da Casa de Estudante Universitário, e aqui isso já foi relatado pelo nosso companheiro, Waldir Rossoni, falando dos nossos tempos de Casa de Estudante Universitário, da convivência que tínhamos, nós podemos, realmente, imaginar o que isso representa na vida do Rubem Genaro e na vida da Virgínia, esposa do Genaro.

O Genaro, acima de tudo é um idealista, um sonhador que labuta, dia e noite, na busca da resolução de um sonho, buscando, efetivamente, transformar este sonho em realidade. Buscando um ideal de vida, através do cinema e de tantas outras coisas que ele, tão bem tem feito, a todos nós e ao Paraná.

E foi por conhecer a história de vida do Genaro, da Virgínia, por conhecer tudo aquilo que ele tem feito, em

favor do Paraná, que nós ousamos apresentar este título de cidadão honorário do Estado, que foi por esta Casa aprovado.

A própria recomendação que se tem é que para se dar a uma pessoa um título honorífico é que relevantes serviços ele tenha prestado ao Estado do Paraná.

E o Genaro já prestou relevantes serviços a este Estado, e agora, com este filme, Oriundi, presta um serviço ainda muito mais significativo, que está além daquelas exigências para se transformar num cidadão para-naense.

Realmente a gente que teve a oportunidade de ver o filme, mostrando a nossa Curitiba, de dia, de noite, de manhã, de tarde, mostrando a nossa Região Metropolitana, mostrando o litoral, mostrando as coisas bonitas e as dificuldades desta gente, Oriundi, que para cá um dia veio, sem sombra de dúvida merecem, o Genaro e a sua equipe, esta manifestação de alegria e de conagração pelo filme.

Recomendo a todos que assistam, já assisti uma vez, daqui a uma semana eu vou voltar para, com mais atenção, ver este filme, que é de uma qualidade impressionante, não só pelo visual mas por aquilo que acontece.

E muito mais alegria nos dá e até uma ponta de vaidade, Augustinho Zucchi, quando a gente vê correr na tela aqueles nomes e lá nos agradecimentos, vi lá o seu nome, o da Deputada Irondi M. Pugliesi e o meu nome.

Isso nos deu, além de tudo, uma satisfação pessoal maior, porque a gente sabe que Vossa Excelência, Deputada Erondi e nós, em muitos momentos, sentamos, frente a frente, com o Genaro para discutir os problemas que ele vinha tendo na consecução desse filme, na construção dessa idéia, na busca dos seus patrocinadores.

Em algum momento, pelo menos uma só palavra por nós proferida serviu de estímulo e o Genaro naquele seu jeito amigo e companheiro procurou, também nos reconhecer, colocando lá na tela dos agradecimentos, em meio a pelo menos uma centena de nomes, o nome do Augustinho Zucchi, da Irondi Pugliesi e do Orlando Pessuti.

Faço esse registro, na medida em que peço o voto dos Senhores Deputados, para um requerimento de congratulações pelo início das exibições do filme “Oriundi”, no Shopping Cristal, em Curitiba.

Concedo o aparte ao Deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Quero dizer que tivemos a felicidade de dividir a alegria, o contentamento, de vermos na sexta-feira, à noite, no Shopping Cristal, em Curitiba, o Avant Premieri o filme “Oriundi”.

Imagine que Vossa Excelência que é o Deputado do interior, muito embora residindo em Curitiba, amigo pessoal do Genaro, como também nós somos, inclusive, estivemos durante a realização de tomadas de cenas, na Casa do Gernânios, em Santa Felicidade e conversando com Antony Queen, e Genaro.

Naquela ocasião eu exercia a posição de Prefeito em exercício da capital do Estado.

Imagine Vossa Excelência a alegria minha, de ter sido vice-Prefeito, por duas ocasiões desta Curitiba, e vê-la na tela do cinema no filme “Oriundi”.

Aliás, foi muito feliz o Senador Álvaro Dias, ex-Governador do Paraná, quando disse: “Curitiba fica mais bela, ainda, nas telas com o filme Oriundi”. Realmente fica.

Só quem esteve como eu e Vossa Excelência, sua esposa, a nossa amiga Anita Zippin, incansável, também, incentivadora do Genaro, que tivemos esta felicidade, de sexta-feira, até quase uma e meia da madrugada, assistirmos a esse filme.

O sucesso foi tão grande que foi necessário abrir uma segunda sala de projeção para poder acomodar a todos que foram prestigiar o Genaro.

Esse filme “Oriundi”, retrata uma história de amor ambientado em Curitiba, um pouquinho também, aqui, quase chegando à Vila Velha, um pequeno lugarejo, também de uma cidade mais próxima, depois a nossa Curitiba, e lá em Pontal do Paraná.

Lá no canal que dá acesso à Ilha do Mel, cuja fotografia está aqui, na propaganda e no convite do “Oriundi, o verdadeiro amor é eterno”.

Então, imagine Deputado Orlando Pessuti, aquelas tomadas do escritório, onde boa parte do filme foi gerado.

Lá no Edifício Curitiba Trade Center, o mais alto de Curitiba, com o seus 32 andares. No último andar, lá se realizava boa parte da filmagem, com o ator Paulo Betti, com a Letícia Spiller e outros atores.

A Sociedade Garibaldi, aqui no Largo da Ordem, magnificamente recuperada, num esforço extraordinário da colônia italiana e, também, com o Prefeito Rafael Greca de Macedo, que deu grande incentivo para que aquilo acontecesse, também sendo mostrada toda essa projeção.

Então Deputado Orlando Pessuti, como eu, como Vossa Excelência. estamos aqui, com o voto do “Oriundi”, com muito orgulho, porque primeiro somos descendentes, somos o povo do sangue italiano, sangue nervoso, mas o sangue italiano trabalhador.

Segundo por sermos daqui da Capital do Estado e ver Curitiba ganhando espaço nesse mundo inteiro, com as cenas mostradas da nossa capital.

Quero aqui fazer uma homenagem ao nosso amigo Wilson Fortes, que também foi um grande colaborador. O nosso falecido companheiro ex-Prefeito, Deputado Estadual, vereador Deputado Federal Maurício Fruet, que lá esteve representado pelo seu filho Gustavo Fruet, o próprio Senador Álvaro Dias, quer dizer, pessoas do Paraná, pessoas da cidade, que foram homenageados como Vossa Excelência, a minha pessoa também citada, a nossa amiga Anita Zippin, incansáveis batalhadores pela sétima arte do Estado do Paraná. Fiquei muito feliz e recomendo a todos que assistam e que ele seja rodado no

Paraná inteiro, que dê chance para os pequenos cinemas do interior poderem ver essa peça. A história é bonita, do Anthony Queen, da Letícia Spiller, do Paulo Betti, do Paulo Autran que faz um papel extraordinário e a revelação de uma artista curitibana fazendo um papel importante dentro daquele filme e uma das filhas do Wilson fazendo as suas pontas na filmagem.

Estamos orgulhosos sem dúvida alguma. Só não chorei porque podia ficar envergonhado, mas de emoção por dentro, como Vossa Excelência também, a gente ficou feliz da vida em ver o Oriundi. Tomara Deus que ele tenha chance na lista do Oscar.

Parabéns pela homenagem ao Genaro que é um trabalhador, que é um sofredor, a exemplo do que falei - me desculpe por ser demorado no aparte - mas faço o mesmo exemplo do Genaro como fiz do Antonio Azevedo, quando fomos ao Rio buscar o Congresso para cá e chegando aqui, deu desespero, deu branco, não tinha apoio de ninguém. Todo mundo ficou com uma perna atrás, achou que o evento era muito caro, que não iria dar resultado e aí está o sucesso que deu o Oriundi, graças à persistência e ajuda de tantos amigos que o Genaro tem, incluindo dentre eles, Vossa Excelência.

Parabéns.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero agradecer-lo e, antecipadamente Vossa Excelência já fez os agradecimentos e cumprimentos ao Wilson Portes, ao Álvaro Dias e ao Maurício Fruet, à família Fruet, pelo empenho pessoal de cada uma dessas pessoas, em favor da produção e edição do filme Oriundi. Só para cumprimentar essa parte italiana e nós nesse Parlamento somos uma bancada majoritária de italianos oriundos. Fizemos um levantamento dos 54 e mais três suplentes que temos desempenhando função, pelo menos 30, portanto, maioria absoluta de "Oriundi" aqui e "tutti buona gente".

Hoje tem um jantar no Cascatinha. Recebi esse convite pela CBN e todos estão convidados. O Pedrinho que faz o "Revivere Itália" aos domingos na Colombo - e tem um requerimento nosso de congratulações ao programa dele - e ele está convidando a todos hoje para reviverem a Itália à noite, no Cascatinha.

É um jantar por adesão. Grupos folclóricos e tudo mais, e vai ser uma maravilha.

Muito obrigado. Tinha mais dois assuntos para tratar mas no encaminhamento da votações, a gente fala a respeito.

Um é para registrar a Carta de Curitiba, produzida por ocasião do Encontro do PARLASUL, Parlamento do Sul que tivemos aqui na sexta-feira.

O outro, um requerimento em que pedimos a transcrição nos Anais da Assembléia, do inteiro teor do discurso proferido pelo Senador Álvaro Dias na quarta-feira próxima passada, no Senado Federal, falando do perfil da dívida do Estado do Paraná.

Na hora da votação a gente faz o encaminhamento e presta as informações complementares sobre esses assuntos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Para registrar a presença do Vereador Arlindo Fae de São Jorge do Oeste, do Vereador Marafin, do empresário Roni Mesalira, Presidente do PDT daquele município e Dr. Carlos Boccalon, advogado do nosso Município de Chopinzinho que se fazem presentes.

O SR. PPRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa registra e congratula-se juntamente com Vossa Excelência em nome dessa Assembléia.

Com a palavra, Deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES (Pela Ordem)

Para registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Vila Alta, José Carlos dos Santos e Presidente do PSL que temos como Presidente do Paraná, o Deputado Geraldo Cartário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa congratula-se com Vossa Excelência e com os distintos homenageados.

Encerrado o Horário do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Alborghetti, do PFL.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria deixar registrado nos Anais da Casa o trabalho do Ministério Público do Rio de Janeiro, que através de uma série de denúncias, que não vi ninguém da imprensa fazendo, li todos os jornais do meu Estado, alguns jornais de São Paulo, do Rio sobre a pedofilia, o homem que tem a doença por criança. E os Procuradores da República descobriram na quinta-feira um dos maiores cartéis da história deste País: estão vendendo crianças de 1 ano pela Internet. Quando você quiser uma criança, se o senhor - com todo respeito, souber de alguém que só sente o orgasmo através de crianças de um ano, pode consultar a Internet. E os Procuradores da República - por isso que defende o Ministério Público e o Poder Judiciário, porque sem eles vamos perder as asas das nossas liberdades constitucionais. Entre os envolvidos na quadrilha tem: um médico; uma médica; um empresário e um pastor de uma igreja que não representa as igrejas de respeito.

Fiquei estarelecido, estou com as imagens e os Procuradores abriram os computadores, Deutado Orlando, e apareceu na minha frente crianças de um ano sendo vendidas pela Internet, para homens anormais, canalhas! Não existe adjetivos! Você cria um filho com amor, com carinho e a Internet está vendendo os filhos do meu país.

Em segundo lugar quero dizer aos senhores que foi preso, graças a Deus, ontem, um homem. Sou repórter-jornalista das 06:00 da manhã às 14:00 horas como é o Deputado Algaci. Das 14:00 horas às 18:00 horas sou um Deputado. Das 18 horas em diante volto a ser um jornalista, um radialista, um homem de imprensa. Quando digo aos Senhores, não adianta dizer para o seu filho, depois de morto - "Eu amava o meu filho" - Não, o senhor está errado. O Senhor tem que dizer que ama, agora. O senhor tem que dizer para sua filha: - Filha, eu te amo! Eu preciso de você prá viver! Não adianta quando ela tiver no caixão a senhora dizer: Ah, eu amava minha filha! Mas aí é tarde demais! Aí ela está indo para uma outra galáxia, com outras entidades espirituais, sendo muito bem cuidada e na cabeceira dela, tenho certeza que Cristo que é o Rei dos Reis, o Mestre dos Mestres estará lá.

Às vezes o inimigo está dentro da nossa casa.

Às vezes o meu filho convida alguém para almoçar em casa, eu me assusto e pergunto: Quem é esse menino, quem é a família? Por favor me dê o telefone da sua casa. Eu sou um italiano assim. Sou um italiano como o Algaci, como o Pessuti, todo mundo tem que viver debaixo das minhas asas. E eu me preocupo, tenho que ligar, preciso saber quem é.

Vejam bem! A família da Gislaine acolheu o Hipólito que trabalhou, ficou preso 28 anos na Penitenciária Central do Estado. Saiu por boa conduta, se fingiu de evangélico, com a Bíblia, a família deu emprego para ele trabalhar, deu de tudo o Pastor Edson, ofereceu de tudo e ele era um mentiroso, nove e meia o senhor vá assistir o depoimento dele. Ontem entrei no hospital que ele estava internado, fui ao leito dele para ver a cara dele, para ver como é a imagem de um assassino, e sabe o que ele me disse? Que ele se aproveitando, às 9:30 entrou na residência, estrangulou a Gislaine, estuprou-a e conseguiu tirá-la escada abaixo, quando a mãe viu, pulou a janela, foi chamar, quer dizer, ele matou a Gislaine, um inimigo estava dentro daquela residência. Um inimigo se fingindo de evangélico, podia ser católico, protestante, espiritualista, kardecista, quando falo no espiritualismo eu falo no kardecismo.

Então, hoje vou apresentá-lo em rede nacional, para vocês verem que ele matou até um gato, para assá-lo e comer, se ele mata um animal, então ele matou a Gislaine. É inacreditável.

Então, esse sistema penitenciário feito em 1946, o Código Penal banal, idiota, cretino, que tem que ser mudado, o Código Penal de 1946 foi feito para uma outra época, nós estamos vivendo uma outra época, e agora

estudando lá, graças a Deus, o Professor Rene Dotti está em Brasília ajudando a mudar o Código Penal.

Então, por favor senhores pais. Você Deputado Toni que tem dois filhos maravilhosos, o meu Deputado Valdir Pugliesi que tem duas filhas maravilhosas, todos que tem aqui os seus filhos, os jornalistas que estão aqui, os meus amigos que têm filhos, o inimigo pode estar do lado do seu filho, isso prego todos os dias.

Por isso faço um apelo a todos que estão aqui nas galerias: Assistindo o filme oito milímetros, quem tem filho aqui, saia hoje passe numa locadora e assista o filme "Oito Milímetros". Aí vocês vão saber o que dizer: Filha, eu te amo. É preferível um ar pobre do que viver nesse asfalto negro de violência. Depois que os Senhores assistirem esse filme, os senhores vão saber o que é pedofilia, os senhores vão aprender a amar os seus filhos, vão aprender a dizer eu te amo, meu filho. Não adianta você dizer eu amo meu filho só no final de semana. Custa muito você sair de manhã, passar no quarto e dizer: Filho, quero falar com você agora. Ele vai se assustar, o que é papai? Eu te amo, eu preciso de você para viver.

Quando a sua filha sair de casa, você para ela, Filha, senta aqui. Ela vai estremecer, meu Deus o que eu fiz? Senta. O que é papai? Eu te amo, eu preciso de você para viver, porque este asfalto negro de violência que está aí fora, ele está aí para cafetinar os filhos das famílias brasileiras que moram no Estado do Paraná.

Em nome da decência, em nome da dignidade, Srs. Deputados, assistam o filme "Oito Milímetros", aí vocês vão acreditar o que quer dizer: "Eu amo a minha filha viva", não depois de morta.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Horário do PFL.

O Horário da Liderança do PTB foi usado pelo Deputado Algaci Tulio.

Consulta a Liderança do PPB.

(Declina)

Consulta a Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Na última quinta-feira prometemos a esta Casa de voltar a uma questão que é levantada aqui quase que todas as semanas, sobre a questão da dívida pública do Estado do Paraná. Fomos, inclusive, acusados de despreparo e, por isso, queria pedir, humildemente, ao Deputado Ângelo Vanhoni, gostaria de ter a sua atenção e do Deputado, principalmente, do Deputado Orlando Pessuti, porque vou fazer aqui um relatório da questão da dívida pública do Estado do Paraná, da sua origem e do seu real valor. Porque assistimos aqui por várias vezes pronunciamentos de Parlamentares falando da dívida, e é

importante que os Parlamentares ouçam, porque daqui a pouco votaremos um Requerimento, onde os números colocados pelo Senador Álvaro Dias estão incorretos. Ouvimos aqui várias vezes e reclamei várias vezes desta tribuna de que Deputados quando falavam da dívida do Estado do Paraná mudavam de bilhões como se muda de centavos. Uma hora é seis bilhões, outra é sete bilhões, outra hora chega-se ao estratosférico número de 12 bilhões, que chega-se ao limite da irresponsabilidade de 12 bilhões.

Então, estamos aqui, hoje, para trazer ao conhecimento dos Deputados a dívida, a sua origem e a real situação do Estado. E este relatório que estamos fazendo é um relatório baseado em números do mês de junho deste ano.

Ao assumir o Governo, em 1995, o governador Jaime Lerner herdou uma dívida de 1,5 bilhões de dólares. De maneira irresponsável ou maliciosa, algumas pessoas da Oposição se referem a este valor como se fosse em reais. Aí já temos uma diferença. Se pegarmos o dólar de junho de 1999, que estava num valor de 1.76, já chegamos a uma dívida herdada pelo Governador Jaime Lerner dos governos anteriores a um valor de 2,6 bilhões de reais. Então, não é um bilhão e meio, é 2,6 bilhões de reais. Porque trocar, hoje, reais por dólar? A diferença fica muito grande!

Então, fica aqui um esclarecimento em cima dos números do Banco Central.

A necessidade urgente de sanear o BANESTADO, principalmente decorrente da incorporação dos passivos do extinto BADEP, obrigou o Governo a captar, até o momento, junto à União, mais de 3,2 bilhões de reais, 70% desses recursos são para cobrir o passivo assumido pelo BANESTADO, quando o BADEP foi extinto, no Governo Álvaro Dias.

A dívida bancária dos títulos de Alagoas, Pernambuco, Osasco, Guarulhos, Santa Catarina, não é o valor de um bilhão como estão falando; o valor real é de 490 milhões de reais. Quer dizer, de 490 milhões, para um bilhão de reais, é mais do que o dobro. O Governo discorda dos números referentes a dívida com o INSS e o FGTS, a Secretaria da Fazenda informa, que é de 25 milhões de reais. Faço aqui um resumo da dívida do Estado do Paraná no mês de junho de 1999: o valor da dívida total: 5 bilhões, 882 milhões. Saldo devedor referente à captação junto à União para saneamento do BANESTADO, refinanciamento da dívida mobiliária é de 3 bilhões, 269 milhões. Dívidas anteriores - quando digo dívidas anteriores, é dívida quando o Governador Jaime Lerner assumiu, 1 bilhão, 607 milhões. Dívidas contraídas pelo Governo Jaime Lerner: entre as captações de recursos externos está o Paraná 12 Meses, PARAN-AURBANO, PROEM: 516 milhões. Títulos de Alagoas, Pernambuco e outros: 490 milhões. total da dívida: 5 bilhões, 882 milhões.

Analisando esse mapa, podemos observar que o agravamento da dívida do Estado, que perante os outros

Estado não é tão grave, o que agravou a situação, foi sem sombra de dúvida, o saneamento do BANESTADO, que gerou uma dívida, até o mês de junho, de 3 bilhões, 269 milhões. Valor da dívida contraída pelo Governo Jaime Lerner para financiamento de Programa: 516 milhões.

Estes são os números reais, baseados no mês de junho de 1999. A partir de junho, que temos que colocar aqui, são juros que não estão aqui. Também quero responder aqui, gostaria da atenção, se possível, do ilustre Líder das Oposições, Deputado Edgar Bueno, em relação aos resultados da execução orçamentárias até 94 em tempo de inflação altíssima, usava-se do artifício de corrigir monetariamente o orçamento, mediante o encaminhamento de créditos suplementares para aprovação da Assembléia, somente para determinadas despesas, ficando outras exatamente como inicialmente, como por exemplo, a não correção dos precatórios. Consequentemente, geravam-se um superávit muito conveniente, diga-se de passagem, porém, se contraposto a uma despesa também corrigida monetariamente na totalidade, a situação poderia ser inclusive inversa e ter dado déficit. Usava-se do artifício da inflação e todos sabemos que o Estado com inflação alta era o que mais ganhava, porque a sua dívida não era corrigida e a sua receita era corrigida porque aplicava-se, também, os recursos oriundos da receita e ganhava-se a correção e os juros daquele momento.

(Lê):

“Em 1994, o superávit de 6 milhões de reais é obtido graças à artimanha usada nos governos anteriores de não corrigir pela inflação os valores dos precatórios pagando-os sem a correção devida...”

Senhor Presidente, devido à falta de tempo, retornarei ao meu pronunciamento amanhã.

Requeiro a Vossa Excelência a minha inscrição em Explicações Pessoais e assim poderei encerrar meu pronunciamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Também requeiro minha inscrição em Explicações Pessoais.

O SR. EDGAR BUENO

Gostaria de me inscrever também, em Explicações Pessoais, na sequência do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, comunicando que no último dia 19 de outubro, recebemos a incumbência de todos os Parlamentares que compõem o

Bloco das Oposições nesta Casa de Leis, para desenvolvermos as prerrogativas cabíveis, de Líder das Oposições, junto a este Poder. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 084/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que fica denominado de Prefeito Darcísio Grassi, a Rodovia PR-474, no trecho da BR-277 ao Município de Campo Bonito. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

COMUNICADO

Conforme dispõe o Art. 204 do Regimento Interno, que a partir de sexta-feira dia 22 de outubro, estará aberto o prazo de dez dias para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Geral do Estado, para o exercício do ano 2000.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 247/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a integrar o Município de Jataizinho à Região Administrativa de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 377/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de empresas paranaenses contempladas com o Plano de Incentivo do Governo Estadual e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E C.F. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Francisco Sady de Brito, o trecho da PR-340, compreendido entre o Município de Telêmaco Borba e o Município de Tibagi. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/99, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Colombo. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. COM EMENDAS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 153/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Fazenda Rio Grande. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 153/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Fazenda Rio Grande.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/99, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera o Art. 1º, da Lei nº 12.640, de 12 de julho de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114, de 13.09.99).**

LEI Nº 12.640

DATA: 12 de julho de 1999.

SÚMULA:

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede e foro no Município de Londrina.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Decretou e seu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 12.07.99.

(aa) ANIBAL KHURY

Governador do Estado, em exercício

FANI LERNER

Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretário de Estado do Governo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 467/99

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por finalidade dar nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 12.640, de 12 de julho de 1999, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Londrina - AAL.

O projeto está elaborado em conformidade com os dispositivos regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado e não apresentar nenhum impedimento de ordem legal, manifestando-me favoravelmente à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 512/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mandaguáçu, com sede e foro no Município de Mandaguáçu. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 137, de 13.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 512/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Mandaguáçu, com sede e foro no Município de Mandaguáçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2235, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Senhores Deputados Cesar Seleme, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

A Mesa vale-se da aprovação deste requerimento para cumprimentar o Deputado Orlando Pessuti e o Deputado Seleme, que é o Coordenador, pelo brilhante sucesso alcançado pelo Encontro realizado em Curitiba, o que dignifica, sem dúvida alguma, o Parlamento do Paraná.

Requerimento nº 2182, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, com apoioamento do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2236, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento dos Senhores Deputados Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Edgar Bueno, Ademir Bier, Renato Gaucho e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 2218, de autoria da Senhora Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2219, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2220 a 2223 e 2233, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2224 e 2225, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2226, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2227, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2228, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2229 e 2230, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2231, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2234, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2237 e 2238, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Consulto o Senhor Deputado Valdir Rossoni, se fará uso da palavra, para Explicações Pessoais.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, abro mão da minha inscrição para ceder o meu tempo ao Deputado Pessuti e ao Deputado Edgar Bueno, para que eles tenham mais tempo para poder fazer uso da palavra. Amanhã farei uso da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Consulto o Deputado Orlando Pessuti se fará uso do horário de Explicações Pessoais.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Farei, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Deputado Orlando Pessuti, por quinze minutos.

Explicações Pessoais:

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quero, neste momento em que faço explicações pessoais, para de pronto já agradecer Vossa Excelência pelo registro que fez acerca da realização do Encontro na Assembléia Legislativa do Parlamento do Sul, envolvendo Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. E também, aproveito para registrar a reunião havida na sexta-feira à tarde, quando a União Nacional dos Legislativos Estaduais, a UNALE, nas dependências deste Poder, reuniu toda a sua diretoria.

Foi sem sombra de dúvida, Senhor Presidente, uma das ocasiões mais importantes vividas por esse parlamento porque tivemos a oportunidade não só de debater entre nós Parlamentares da Assembléia Legislativa do Paraná, mas num primeiro momento com os Parlamentares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, assuntos que são de extrema importância para todos nós os paranaenses, para todos nós os Deputados da Região Sul, e pudemos também ouvir opiniões, manifestações, conhecimentos pes-

soais de autoridades desses Estados e de outras Federações, outros Estados da Federação que aqui compareceram.

O documento intitulado Carta de Curitiba espelha com clareza a preocupação que todos nós Parlamentares do Sul temos que ter nesse momento em que se discute a reforma tributária, em que se inicia através do Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Governadores do Brasil uma discussão com vistas na Lei Kandir, num momento em que se avança na discussão da reforma tributária, que não poderá penalizar o Paraná, muito menos a Região Sul, não poderá penalizar os nossos municípios.

Então, esse encontro do Parlamento do Sul - PARLASUL, foi de uma importância significativa, e o sucesso por ele alcançado deveu-se efetivamente ao empenho pessoal daqueles que não puderam comparecer mas que no decorrer dos preparativos nos ajudaram, ao empenho e dedicação pessoal do nosso Presidente Nelson Justus, ao empenho e a dedicação pessoal de todos os assessores da liderança, aos assessores da Presidência e aos assessores desta Casa de Leis, seja do cerimonial, seja da segurança, seja da Mesa, seja da taquigrafia, da imprensa, da Diretoria de Serviço Especial, que compareceram fisicamente, ajudando a realizar esse evento. Um evento que começou na quinta-feira a noite com um jantar de recepção àquelas pessoas, jantar que procuramos fazer com que acontecesse na maior cordialidade, informalidade, criando um clima de entrelaçamento e de amizade entre todos os Parlamentares. Dos 27 Estados e o Distrito Federal, 15 Estados se fizeram representar. A maioria dos Estados brasileiros, aqui, compareceram. Cerca de 40 Parlamentares de todo o Brasil também, aqui, compareceram, demonstrando que o evento por nós coordenado, junto com o Deputado Seleme e presidido pelo nosso Presidente Nelson Justus, foi de importância singular e reflete a posição não só dessa Assembléia, mas também de outros parlamentos, com referência a esses assuntos que já mencionamos: o FEF, FUNDEP, a Lei Kandir, a Reforma Tributária e muito especialmente, nesse instante, a questão do Projeto de Lei 1899, que trata da Responsabilidade Fiscal. Um projeto necessário e importante que tem que ser aprovado a nível de Câmara Federal, mas que não pode ser aprovado nos moldes em que foi enviado por Sua Excelência, o Presidente, porque num primeiro momento já tira atribuições, a autonomia do Poder Legislativo.

Nós, que somos Parlamentares, temos que lutar não pela diminuição dos poderes do Legislativo, mas pelo contrário, lutarmos pelo engrandecimento deste Poder, do parlamento, para que a democracia possa melhor se sustentar e melhor conviver nesse País todos nós lamentamos a situação em que se encontra.

Senhor Presidente, quero agradecer a Vossa Excelência, que também participou de todas as etapas.

Agradecer, como já o fiz, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram. Esta Carta de Curitiba, é importante seja ela lida por todos os Parlamentares, para que saibam qual é a posição da Região Sul, frente a todos esses acontecimentos, que estão a merecer de nós a atenção necessária.

Era isso que desejávamos em Explicações Pessoais, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Encerrado o pronunciamento do Deputado Pessuti, concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno, Pela Ordem.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Quero aproveitar esse meu instante, para reforçar o convite aos Deputados da Bancada que fazem Oposição, para uma reunião, logo após, na Liderança do PMDB. Como ausentou-se do Plenário, o Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, vou declinar do meu pronunciamento e me inscrevo para amanhã, no Horário da Liderança das Oposições.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 448/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 153, 467 e 512/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 157, 304, 412, 438, 461 e 469/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TULIO, EM SESSÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 1999.

“Carta de Curitiba”

III FONGEMAS

Os Gestores Municipais em sua constante caminhada, reuniram-se no III Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, ocorrido em Curitiba-PR nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 1999, com a partici-

pação de 23 estados: Acre, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Os objetivos deste encontro foram a discussão e a elaboração de uma agenda nacional para a implementação de uma Política Pública de Assistência Social, dentro da perspectiva do cotidiano da vida municipal, uma vez que é nesta instância que o exercício democrático tem condições de se concretizar.

Considerando:

a) A universalidade da Política Pública de Assistência Social definida com “específica na clientela e genérica na cobertura”;

b) A instabilidade econômica pela qual atravessa o país, alimentando a indústria da miséria que demanda no aumento dos destinatários da Assistência Social;

c) O perverso aumento da desigualdade na distribuição de renda;

d) A intenção desagregadora do Governo Federal em repartir escassos recursos da Assistência Social, utilizando o critério do Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados (IPEA) “de tirar do pobre para o pobre” e desrespeitando os preceitos legais da Lei Orgânica de Assistência Social, Comissão Intergestora Tripartite e Conselho Nacional de Assistência Social;

e) A implementação de ações definidas pela Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica - NOB/99 está muito distante na concretização das ações nas três esferas do governo;

f) A fragilidade política da interlocução do Governo Federal da área de Assistência Social para garantir junto às demais esferas de governo os avanços desejados pelos municípios no sentido de implementação da LOAS;

g) O descompromisso da área econômica do Governo Federal com a implantação e implementação da PNAS no país;

h) O descompromisso do Governo Federal com o FONGEMAS manifestado pela frágil participação de sua representação no 3º Encontro realizado em Curitiba/PR.

O Fórum Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (FONGEMAS) reitera o seu compromisso na busca de financiamento e ações que atendam o cidadão excluído e

Propõe:

1) Autonomia na utilização de recursos federais de acordo com os Planos Municipais de Assistência Social;

2) Ampla articulação política nas três esferas de governo, para impedir que a esfera federal na nova forma de repartição de recursos, defina perdas para aqueles municípios que possuam rede de Assistência Social estabelecida e a mantenha com recursos federais, historicamente destinados a esta rede;

3) Urgente planejamento do cronograma das ações propostas pelo Governo Federal para que não haja mais atropelo nas relações gestor/técnicos, gestor/conselheiros;

4) A articulação política com os Ministérios da área econômica, Previdenciária e Assistência Social, da Justiça, Educação e Saúde, visando a instalação de um processo de discussão;

5) A exigência imediata da autonomia da gestão municipal, como estabelece a Constituição Brasileira, a Política Nacional e Assistência Social e a Norma Operacional Básica - NOB/99;

6) Ampliação do processo de mobilização, através de uma agenda básica até dezembro do ano 2000;

7) Acompanhamento permanente para que as propostas da Frente Parlamentar de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social sejam efetivadas;

8) A definição imediata de um piso para a Assistência Social;

9) Intensificar o fortalecimento e a ação política dos Colegiados Estaduais, visando inclusive a criação de Frentes Parlamentares no Estado;

10) Que a definição de critérios de partilha respeite os indicadores sociais: população, série histórica, recursos próprios dos Estados e Municípios, e demandas garantindo o financiamento público para a efetiva execução estabelecida na Política Nacional de Assistência Social;

11) Construir um sistema de informações, monitoramento e avaliação da situação de pobreza e exclusão nos municípios, bem como do impacto dos benefícios, serviços e projetos de seu enfrentamento;

12) A permanente capacitação dos gestores à distância e presencial;

13) A Primeira Dama Ruth Corrêa Leite Cardoso seja convidada a discutir com o FONGEMAS, a ampliação dos recursos destinados à área de Assistência Social, sendo uma forte interlocutora junto à equipe econômica no que diz respeito à necessidade do aumento de recursos.

Sugestões de Agenda do Colegiado

Reuniões trimestrais da Diretoria e monitoramento das ações realizadas junto com a Comissão Integradora Tripartite, Conselho Nacional de Assistência Social e Comissões Intersetoriais.

Reuniões Regionais dos Colegiados, semestralmente com o acompanhamento nos Conselhos Estaduais, Comissões Intergestoras Bipartites.

Estímulos estaduais de reuniões com outros gestores de políticas estaduais visando garantir a interface das políticas públicas.

Curitiba, 13 a 15 de outubro de 1999.

TÂNIA MARA GARIB

Coordenadora Geral do FONGEMAS

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, COM APOIAMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS CESAR SELEME, ADEMIR BIER, LUIZ CARLOS ZUK E PASTOR EDSON PRACZYK, EM SESSÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 1999.

“Carta de Curitiba”

Reunião do Parlamento do Sul

PARLASUL

Nós, os representantes dos Estados do Sul, reunidos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - tendo em vista o momento de aprofundamento pela democracia, levando em conta o trajeto rumo ao desenvolvimento e estabilidade institucional no marco de integração centrado no MERCOSUL - rejeitamos fórmulas que promovam o enfraquecimento dos Legislativos - que se constitui na ‘Fonte Legítima da Lei’. Insistimos nesse ponto porque dele decorre a garantia do Estado Democrático, cumprindo balizarmos as linhas de atuação de todos os membros dos legislativos no contexto da revalorização da instituição representativa como expressão final da soberania popular.

Inauguramos nova era de oportunidades democráticas na realidade nacional, abrindo-se fronteiras em torno de objetivos únicos. Não podemos perder a oportunidade da defesa dos interesses estaduais na esfera federal, promovendo a valorização da classe política ampliando as prerrogativas parlamentares.

Configura-se como extrema prioridade, a discussão do relacionamento federativo entre Estados e União, ressaltado principalmente pela proposta de reforma tributária. Precisamos ter uma Reforma Tributária eletiva, que propicie condições de suporte das despesas públicas por todos os membros da sociedade, com equacionamento administrativo que reduza a evasão fiscal, mas respeite a autonomia dos entes estaduais e municipais.

Rejeitamos propostas que visem transferir recursos de alçada estadual e municipal para a gestão da União, reclamando ainda a revisão da sistemática introduzida pelas leis Kandir, do FEF e do Fundo de Desenvolvimento da Educação, posto que nossa Constituição preserva o Estado Social Democrático de Direito e privilegia o respeito ao princípio federativo - premissas merecedoras de observância estrita por parte dos agentes políticos representantes da sociedade.

A questão referente à repartição de verbas deve envolver ainda, dois tipos distintos de problemas: a) uma repartição minimamente equitativa dos recursos públicos federais ao orçamento; b) a reparação de injustiças históricas.

O que ocorre é não só a transferência de recursos privilegiando o atendimento das regiões carentes, enquanto um fim em si mesmo, como a distribuição de

verbas sociais tendendo a reduzir drasticamente os repasses federais para os estados mais desenvolvidos, prejudicando e mesmo inviabilizando a continuidade de programas bem sucedidos e de alta relevância social. Alguns programas extremamente importantes na área social estão ameaçados de verem reduzidas em até 60% as verbas, o que levará ao desmonte de sua estrutura. Tal redistribuição tem sido justificada com base nos critérios do governo federal de destinar mais recursos para estados considerados mais carentes, dando a falsa impressão de que os estados do Sul estão privilegiados financeiramente, o que não corresponde à verdade, já que aqui as carências sociais também são significativas.

Este fato claramente penaliza Estados e Municípios que tiveram êxito em seus programas educacionais e sociais. É evidente que não se trata apenas de uma grave injustiça só com a região Sul, mas da manutenção de uma dinâmica de discussão orçamentária que mina as bases do Pacto Federativo e afeta a legitimação da democracia em nossa sociedade.

Por outro lado, o Projeto de Lei Complementar nº 18/99, é merecedor de apreciação de todos os legisladores brasileiros porque autoriza o Poder Executivo a promover, mediante decreto, o corte automático de despesas nos demais Poderes, passando para a União a primazia sobre os demais entes da federação na legislação concorrente que trata de matéria financeira. Ainda, ao inferir a expedição de qualquer ato que acarrete aumento de despesas com pessoal nos 180 dias anteriores ao final da legislatura, o projeto criminaliza até mesmo rotinas administrativas advindas de direitos dos servidores, pontos outros que ferem a autonomia e independência dos Poderes.

Os Deputados do Parlamento do Sul proclamam ainda, sua plena adesão à integração regional expressa no MERCOSUL, conclamando os governos do continente a aprofundarem os mecanismos de plena junção dos países-membros.

Curitiba, em 22.10.99.

(aa) Dep. PAULO ODONI RIBEIRO

Presidente da Assembléia Legislativa

do Rio Grande do Sul e

Presidente do Parlamento do Sul

Dep. NELSON JUSTUS

Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

Dep. GILMAR KNAESEL

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Dep. MAURÍCIO PICARELLI

vice-Presidente da Assembléia do Mato Grosso do Sul

Dep. ORLANDO PESSUTI

Coordenador dos Trabalhos do Parlamento do Su

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, COM APOIA-

MENTO DOS SRS. DEPUTADOS NEREU MOURA, WALDIR PUGLIESI, EDGAR BUENO, RENATO GAUCHO, ADEMIR BIER E PASTOR EDSON PRACZYK, EM SESSÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 1999.

“Pronunciamento do Senador Álvaro Dias”

Senado Federal

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, volto ao tema que foi motivo de pronunciamento na última semana, desta tribuna, porque o considero, sem dúvida, a questão mais importante para abordagem do Senado da República neste momento. A dívida pública, repito, é o maior problema do País.

Talvez seja oportuno indagar quem se importa com a dívida pública. Muitos não se importam, porque a dívida é pública. Lamentavelmente, aqueles que não se importam ignoram as consequências da dívida pública no que diz respeito a esse sonho brasileiro de uma melhor qualidade de vida. Os problemas econômicos e sociais existentes no País são decorrentes desta matriz geradora de todos os problemas, que é a dívida pública do País.

E nós, no Senado da República, temos uma responsabilidade maior. É prerrogativa constitucional, conforme estabelece o art. 52, tratarmos do endividamento público, aprovando ou negando novos empréstimos, avalizando, avaliando as consequências da rolagem de dívidas, etc. Com essa responsabilidade, especialmente em relação ao meu Estado, trago hoje um pedido de informações que justifico neste pronunciamento.

A dívida do Paraná e repito que isto pode ser surpreendente, mas é absolutamente verdadeiro foi a que mais cresceu no País nos últimos anos. E quero, aqui, repetir números dessa dívida. Conforme o Departamento da Dívida Pública do Banco Central do Brasil, apenas a dívida fundada do Estado do Paraná, incluindo Governo Estadual e Municípios: R\$8.710.631.000,00. E a dívida referente apenas ao Governo estadual: R\$7.321.348.000,00.

É bom destacar que, sem dúvida, foi o Estado que mais fez crescer a sua dívida nos últimos anos, porque temos esse relatório de todos os Estados brasileiros e a demonstração nos revela que, em janeiro de 1998, a dívida do Paraná estava orçada em R\$4,847 bilhões e, em junho de 1999, R\$8,71 bilhões. Portanto, houve um crescimento assustador da dívida pública fundada do Estado. Não estamos incluindo nessa dívida, por exemplo, o déficit de 1998, que foi da ordem de R\$2,338 bilhões; não estamos incluindo a segunda parcela de repasse do Banco Central para o saneamento financeiro do Banco do Estado do Paraná, ue, segundo o governo estadual, é da ordem de R\$1,7 bilhão; não estamos incluindo o resultado da agregação ao Tesouro Estadual dos títulos podres depositados no Banco do Estado do Paraná, valor

original em torno de R\$500 milhões, com correção, hoje, em torno de R\$1 bilhão - só isso faria com que a dívida ultrapassasse R\$12 bilhões; não estamos incluindo outros restos a pagar, dívida com fornecedores (obras e serviços); não estamos incluindo os precatórios vencidos e não pagos; não estamos incluindo aquilo que o governo estadual deve aos funcionários através do Fundo de Previdência dos Funcionários Públicos do Paraná, recursos recolhidos pelo governo do Estado junto aos funcionários públicos que não estão depositados no Fundo de Previdência que o governo estadual pretende criar agora.

E não estamos também considerando aquilo que significou dilapidação do patrimônio público, como a venda de ações da Companhia de Energia Elétrica do Paraná, que é, sem dúvida, uma empresa exemplar, modelo de eficiência e de competência, com um quadro técnico fantástico. Hoje, o Estado detém apenas 31,1% do patrimônio líquido dessa empresa, orçado em cerca de R\$4,6 bilhões. O restante, o governo estadual colocou como alavancagem de empréstimos obtidos junto ao BNDES, empréstimos esses que não resultaram em obras, em investimentos com retorno assegurado; que não significaram uma prestação de serviço público de melhor qualidade, quer seja na área educacional ou na área de saúde; mas empréstimos que se esvaíram por entre os desvios da administração estadual, provavelmente no pagamento de uma folha que extrapola os limites possibilitados pela legislação vigente no País.

Houve também a venda das ações da SANEPAR, venda, portanto, de ativos da maior importância, empobrecendo o Estado; a privatização da FERROESTE, pelo Governo do Estado, por preços insignificantes; e aquilo que é mais grave, o Banco do Estado do Paraná, um banco de conceito ímpar no País - recordo-me que, quando assumi o Governo do Estado do Paraná, em março de 1987, o Banco do Estado era o 17º no ranking nacional; quando concluímos o nosso mandato, o Banco do Estado do Paraná era o 7º banco no ranking nacional, sendo o 2º banco estadual do País, foi, lamentavelmente, nos últimos anos, levado à insolvência. Hoje, o Estado vale-se de empréstimos da União para o saneamento financeiro dessa instituição que será repassada à iniciativa privada, ficando para o governo estadual uma dívida de mais de R\$4 bilhões que deve ser resgatada em 30 anos junto ao Governo da União.

Portanto, essa é uma situação de gravidade sem precedentes na história administrativa do Paraná.

Lamento, profundamente, ter que fazer um pronunciamento para destacar a dramaticidade das finanças públicas do meu Estado, que vêm se deteriorando de forma incrível nos últimos anos. Confesso que não sei o que será do Paraná no futuro. Neste momento, temos a responsabilidade de apurar o que está ocorrendo, pois, sem dúvida, há crimes de responsabilidade sendo praticados na gestão das finanças públicas do Paraná.

Encontra-se na Câmara dos Deputados uma proposta do Poder Executivo encaminhando projeto de

responsabilidade fiscal que tem por objetivo punir os governantes gastadores que participam dessa farra de irresponsabilidade, com gastos de recursos públicos sem precedentes, o que leva o País a passar por dificuldades econômicas.

No entanto, na lei vigente, há como estabelecer penalidades àqueles que não administram bem o dinheiro público. Estamos identificando, no Paraná, crimes contra a lei orçamentária e crimes decorrentes de ilegalidades de atos contábeis que ferem preceitos constitucionais, como o art. 88 da Constituição Estadual, incisos IV, VI e VII; o art. 85 da Constituição Federal, incisos V, VI e VII; e também o art. 167 da Constituição Federal inciso IV.

Sr. Presidente, o art. 88 da Constituição do Paraná estabelece o seguinte:

“Art. 88 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado e, especialmente:

...

IV - a lei orçamentária

...

VI - a probidade na administração;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais”.

Esses são crimes praticados pela administração pública no Paraná, crimes de responsabilidade.

E a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, prevê penalidades para os crimes de responsabilidade praticados por governantes. Diz o art. 75:

“Art. 75 - É permitido a todo cidadão, denunciar o Governador perante a Assembléia Legislativa por crimes de responsabilidade”.

E o art. 77:

“Art. 77 - Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções”.

Portanto, temos legislações em vigor para punir os governantes que, infelizmente, por irresponsabilidade ou por incompetência, e quem sabe até por desonestidade, dilapidam o patrimônio público e deterioram as finanças, inviabilizando a administração pública de determinados Estados. E esse é o caso específico de um Estado tido até então como organizado, que caminha para uma desorganização dramática, infelizmente.

Há, também, na prática administrativa que se desenvolve no Paraná, transgressões às regras da Lei nº 4.320/64, que é a lei que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Portanto, Sr. Presidente, estamos procurando justificar um requerimento que a Mesa encaminhará ao Ministro da Fazenda, onde solicitamos informações que nos permitam tomar outras providências em relação aos fatos relatados.

Há uma esperteza que deve ser denunciada também como crime de responsabilidade; a previsão de receita acima do possível, gerando um continuado desequilíbrio orçamentário. É o que vem ocorrendo constantemente no Paraná. Tomo, como exemplo, o ano de 1998. A receita estimada no Orçamento foi de R\$12,161 bilhões, como se isso fosse possível diante de uma receita no ano anterior de pouco mais de R\$4 bilhões. Portanto, multiplicou-se por três a estimativa de receita para o exercício de 1998. Isso para flexibilizar oportunidades no que diz respeito a receitas de capital, com alienação de bens e com operações de crédito, que, em 1998, alcançaram a cifra de um R\$1,131 bilhão, com alienação no valor de R\$659 milhões, que foram ações da COPEL negociadas, e operações de crédito da ordem de R\$425 milhões. Somando a receita alcançada com a alienação de bens e operações de crédito, chegamos a uma receita realizada da ordem de R\$6,007 bilhões.

Portanto, a receita estimada foi de R\$12,161 bilhões e a receita realizada foi de R\$6,007 bilhões, menos da metade do que se estimou no Orçamento de 1998.

E a despesa? A despesa suplantou e bastante a receita realizada. A despesa foi de R\$8,346 bilhões, portanto 39% superior à receita realizada, com um déficit de R\$2,338 bilhões no exercício de 1998.

Esses números são da maior gravidade, Sr. Presidente. A dívida histórica do Paraná, desde o primeiro interventor no Estado até 1994, era de R\$1,3 bilhão. E hoje, como se vê, a dívida ultrapassa, e bastante, a casa dos R\$12 bilhões. Em cerca de cinco anos apenas, a dívida pública do Paraná deu esse salto, lamentavelmente dramático para o futuro do nosso Estado.

Acrescento mais às ilegalidades administrativas praticadas, que, a nosso ver, implicam crime de responsabilidade: os empenhos ilegais em restos a pagar de despesas para economizar gráfico orçamentário, com o objetivo de simular redução de despesas. Trata-se da transgressão à Lei nº 4.320/64.

Portanto, além da esperteza de flexibilizar o Orçamento com a estimativa de uma receita muito superior à possível, a administração do Estado também se utiliza do expediente desonesto de empenhar ilegalmente despesas para economizar gráfico orçamentário.

Outro descumprimento da Constituição: o não-cumprimento dos prazos, a não-publicação de relatórios previstos na Constituição Estadual e na Constituição Federal.

Deixa-nos também em situação desconfortável diante da Comunidade Financeira Internacional a inadimplência e o não-cumprimento dos prazos em contrapartidas dos programas financiados pelo BIRD E BID no Paraná.

Relato esses fatos, Sr. Presidente, para justificar o requerimento que estamos apresentando hoje mediante o qual pretendo obter oficialmente do Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1 - Posição das dívidas interna e externa do Estado do Paraná em 31 de dezembro, anualmente, entre 1992 e 1998, incluindo o Aviso nº 09/MF, informando o saldo devedor, os prazos médios, as taxas de juros em dólares equivalentes;

2 - posição das dívidas interna e externa do Estado do Paraná em 30.09.1999, incluindo o saldo devedor, os prazos médios e as taxas de juros em dólares equivalentes;

3 - relação das dívidas e o PIB do Estado a partir de 1992;

4 - montante dos precatórios não pagos pelo Estado do Paraná até 31.07.99;

5 - montante atual da dívida do Estado com fornecedores (obras e serviços);

6 - saldo dos respectivos restos a pagar em 31 de dezembro, nos exercícios de 1994 a 1998;

7 - cópias dos relatórios, bem como das respectivas análises e conclusões previstos na Portaria nº 89, de 1995, do Ministério da Fazenda e suas alterações;

8 - cópia do relatório sobre a situação financeira do Estado do Paraná, elaborado por técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional após missão ao Estado, para análise da antecipação de royalties, que é solicitada pelo governo estadual.

A confissão de insolvência feita pelo Governo do Estado do Paraná está no ato de reivindicar ao Governo Federal a antecipação dos royalties de Itaipu dos próximos vinte e três anos. Essa seria uma antecipação de receita jamais vista em nossa história. Não bastasse o comprometimento das finanças para o presente, o que se insinua a arruinar o futuro. Imaginem se todos os prefeitos municipais do País seguissem esse exemplo e tentassem antecipar vinte e três anos do Fundo de Participação dos Municípios. Creio que esse precedente seria extremamente perigoso. Deve merecer, por essa razão, cuidados, uma análise de profundidade técnica da parte do Governo Federal.

Sr. Presidente, solicito à Mesa, na forma regimental, que esse requerimento seja encaminhado o mais rapidamente possível ao Ministério da Fazenda, para que possamos ter respostas a essas indagações. Dessa forma, providências poderão ser tomadas em tempo. Aliás, não diria em tempo, pois creio ser um pouco tarde, uma vez que a situação financeira do Paraná já é, sem dúvida, de extrema gravidade. No entanto, é preciso evitar o agravamento dessa situação.

Procuo sempre me referir a números oficiais. Jamais, em pronunciamento algum aqui feito, apresentei qualquer número que não fosse retirado do próprio balanço do Estado, do seu orçamento e do Departamento da Dívida Pública do Banco Central do Brasil. Apesar disso, toda vez que esse assunto é promovido a debate, o Secretário da Fazenda do Paraná tenta, espertamente, mistificar, procurando mascarar a gravidade da situação com outros números. Daí a importância das respostas do Ministro da Fazenda. Sua Excelência tem a análise em

profundidade da situação das finanças públicas de cada Estado brasileiro.

Sr. Presidente, mais uma vez, enfatizo a importância da agilização dos procedimentos para que essas informações do Ministro cheguem rapidamente. Só assim poderemos estudar outras alternativas e providências. Temos, por exemplo, a possibilidade de encaminhar ao Tribunal de Contas da União solicitação para uma auditoria. Mas o que devemos fazer é assumir a nossa responsabilidade de fiscais do Estado, com responsabilidade de natureza constitucional, no que diz respeito ao endividamento público de todas as unidades da Federação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

REQUERIMENTO Nº, DE 1999

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as irregularidades que vêm ocorrendo na administração das finanças do Estado do Paraná, transgressões a leis federais e à lei orçamentária; geração de desequilíbrio orçamentário consecutivos; e, ainda, evidente ausência de qualquer compromisso com a necessidade de promover o saneamento das finanças com a busca de soluções estruturais para questão fiscal, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

1 - Posição das dívidas interna e externa do Estado do Paraná em 31 de dezembro, anualmente, entre 1992 e 1998, incluindo o Aviso 09/MF, informando o saldo devedor, os prazos médios e as taxas de juros em US\$ equivalentes;

2 - Posição das dívidas interna e externa do Estado do Paraná em 30.09.99, incluindo o saldo devedor, os prazos médios e as taxas de juros em US\$ equivalentes;

3 - Relação das dívidas e o PIB do Estado, a partir de 1992;

4 - Montante dos precatórios não pagos pelo Estado do Paraná até 31.07.99;

5 - Montante atual da dívida do estados com fornecedores (obras e serviços);

6 - Saldo dos respectivos restos a pagar em 31 de dezembro, nos exercícios e 1994 a 1998.

7 - Cópias dos relatórios, bem como das respectivas análises e conclusões previstos na Portaria nº 89, de 1995, do Ministério da Fazenda e suas alterações;

8 - Cópia do relatório sobre a situação financeira do Estado do Paraná, elaborado por técnicos da STN após missão ao Estado, para análise da antecipação de royalties.

Sala das Sessões,
ÁLVARO DIAS - Senador